

Tentativa para uma abordagem sociológica do corpo

Pierre Guibentif*

Resumo: O presente texto pretende contribuir para uma reflexão da inserção do corpo na teoria sociológica actual. Nesse sentido, tratar-se-á, após uma breve caracterização do discursos sobre o corpo, de relacionar o corpo com as práticas de produção, por um lado, e com as práticas de poder, por outro. Tendo assim delimitado a noção de relação entre corpo e sociedade, formular-se-á, finalmente, algumas hipóteses que poderão sugerir pistas futura.s.

Nota introdutória

Na prática da sociologia, não é fácil escapar, ainda hoje, a uma concepção dicotómica da sociedade, herdada dos clássicos da disciplina. Após a oposição entre infra-estrutura e superestrutura, após a reflexão sobre o relacionamento entre economia e fenómenos culturais, instalou-se pouco a pouco no discurso dos sociólogos de línguas latinas a díade práticas e representações¹. Esta díade, aliás, não esgota o carácter dicotómico dos nossos conceitos sociológicos, mas apenas o indicia. Funciona como simples sintoma de uma dicotomia mais profunda, que mereceu uma formulação particularmente sugestiva no título da obra de Godelier, *L'idéal et le matériel*². Utilizando uma linguagem mais sóbria, falaremos aqui da dicotomia material/simbólico.

Um dos dois termos da díade práticas/representações viu-se radicalmente posto em causa, há alguns anos, pelo que Habermas chamou a passagem do paradigma da filosofia da consciência para o paradigma da filosofia da linguagem³. Com efeito, esta mudança de paradigma significa, em particular, que a nossa atenção se deslocou das representações para os fenómenos comunicacionais. A noção de fenómeno comunicacional inclui necessariamente a de práticas de comunicação. Poderia assim pensar-se que o paradigma comunicacional permitiu ultrapassar a dicotomia entre material e simbólico, ao erigir em objecto privilegiado da sociologia práticas que consistem tanto em materialização do simbólico como em simbolização da matéria⁴.

* Docente do ISCTE, investigador no CIES.

Todavia, existem suspeitas de que o advento do paradigma comunicacional, mais do que um ultrapassar da dicotomia material/simbólico, significa antes o culminar de uma evolução, iniciada no campo sociológico há várias décadas, que privilegia o simbólico em relação ao material. Etapas anteriores nesta evolução consistiram em travar o debate conceptual sociológico predominantemente no aspecto simbólico (como momento chave no princípio desta etapa, pode referir-se a publicação de *Ideologia e Utopia*, de Karl Mannheim, em 1929⁵); ou em preconizar o recurso a conceitos do simbólico que, pelas suas conotações, dificultam a reflexão das relações entre material e simbólico (caso exemplar: o conceito de imaginário social⁶). Chega-se agora a pensar a sociedade enquanto fenómeno de ordem apenas simbólica. É esta a concepção da teoria dos sistemas sociais de Luhmann, na qual vale a equação sociedade = sistema social de comunicação⁷. É esta também a concepção à qual pode levar uma leitura radicalizante da *Teoria da acção comunicativa* de Habermas, o que permite a Dahrendorf criticar Habermas por privilegiar os fenómenos de comunicação em detrimento dos fenómenos de poder⁸.

Aproveitando ainda o exemplo destes dois autores, constatar-se-á que a teoria social não deixou de contemplar fenómenos interessando a ordem material: Habermas contrapõe à acção comunicativa a acção estratégica, inserida nos sistemas económico ou político administrativo; Luhmann, partindo do sistema social básico "sociedade", debruça-se sobre o sistema da economia (bem como da ciência, do direito etc.)⁹. No entanto, estes desenvolvimentos teóricos não alteram o facto de o ponto de partida ser marcado por uma opção a favor da dimensão simbólica. E resta saber em que medida o conceito de sistema permite captar adequadamente a materialidade do social.

Talvez possa assim interpretar-se como uma reacção a este esquecimento do "material" o recente surto de interesse, no campo das ciências sociais, pelo que pode valer como material *par excellence* (por encontrar-se profundamente enraizada nos nossos hábitos linguísticos a antinomia corpo/espírito, ou também corpo/alma): o corpo¹⁰. Reacção favorecida pelo aparecimento de novas procuras sociais de discursos sobre o corpo, oriundas do campo de diversas políticas sociais (nomeadamente saúde, prevenção da violência) bem como de outras práticas institucionalizadas ligadas ao corpo (desporto, tempos livres, modas vestimentárias e cosméticas etc.).

É a esta reinserção do corpo na teoria sociológica que o presente texto pretende contribuir, considerando que existe aqui uma oportunidade de voltar a abordar criticamente a dicotomia simbólico-material, desta vez pela sua vertente material. Para garantir à partida a correspondência entre esta linha de reflexão e os trabalhos clássicos da sociologia sobre a dimensão material da sociedade, tratar-se-á, após uma breve tentativa de caracterização do corpo em si (1) de relacionar o corpo com as práticas de produção, por um lado (2), e com as práticas de poder, por outro lado (3). Tendo assim dado alguma substância à noção de relação entre corpo e sociedade, poderá, finalmente, passar-se a formular algumas hipóteses face a fenómenos actuais ou evoluções

recentes, que poderão sugerir pistas para trabalhos empíricos a desenvolver (4).

1. O corpo

A causa principal das dificuldades que se enfrenta ao tentar falar do corpo é o carácter indiscutível -no mais forte sentido da palavra- desta realidade. Este carácter *indiscutível* é revelado pela própria língua. Situação rara para o sociólogo em fase de reconstrução do objecto: não há motivo de hesitação quanto às palavras. A palavra corpo não se encontra em concorrência com outras, que teriam deixado na língua as marcas de debates havidos. O que confere ao corpo este carácter indiscutível são em particular duas distinções que são associadas na sua definição: meu corpo/corpo de outrém e vida/morte¹¹. O que significa precisamente a palavra indiscutível aplicada a estas duas definições pode aqui ser deixado em aberto. Apenas se recordará que as duas situações extremas, em que se poderiam esbater cada uma das distinções, a saber o coito e a agonia, são objecto de um regime de comunicação, e logo de discussão, muito restritivo.

A explicitação destas duas distinções permite identificar uma segunda razão das dificuldades em falar do corpo. O corpo é uma realidade que pensamos necessariamente *em concreto*, isto é relacionada com *alguém*. Uma pessoa, constituída pela vida de um corpo, negada pela sua morte, titular necessária (embora não necessariamente actual) do corpo. Existe no entanto um discurso constituído para falar do corpo em abstracto: trata-se do discurso médico (respectivamente o das disciplinas cognitivas auxiliares da medicina). Observar-se-á no entanto que é neste discurso que surge a única palavra que se possa considerar como rigorosamente sinónima de corpo, a palavra *organismo*. Palavra que parece ter sido criada precisamente para abstrair o corpo da pessoa, uma abstração que a palavra corpo não consegue salvaguardar.

Se o corpo em si aparece como uma realidade indiscutível, tal não é o caso das realidades de ordem inferior ou superior. Tanto as entidades que podem ser referenciadas como compondo o corpo, como as entidades que podem ser referenciadas como integrando o corpo na sua composição afiguram-se simultaneamente mais difíceis de delimitar e mais fáceis de debater.

Consideremos a constituição interna do corpo. Primeira observação: são várias as maneiras de decompor (linguisticamente/discursivamente) o corpo. Três merecem termos genéricos que facilitam a sua delimitação: pode falar-se em membros, órgãos, tecidos. A terceira categoria talvez seja a mais simples de inventariar, pois remete directamente para um discurso de especialista, acolhendo poucas palavras de uso corrente (pode no entanto pensar-se nos "ossos" e nos "músculos"). As duas primeiras, em contrapartida, acolhem simultaneamente designações sábias e designações de uso comum, e nesta segunda

categoria não raras vezes diversos sinónimos. Estes dados linguísticos traduzem, em primeiro lugar, a concorrência entre duas experiências do corpo, a experiência *subjectiva*, e uma experiência *sábia*, socialmente autorizada sobre o corpo de outrem. Em segundo lugar, o facto de a experiência *subjectiva* do corpo ser uma experiência socializada: a existência de sinónimos significa que de órgãos e membros se fala, e que deles se pode falar de maneira diferente, em função do contexto social¹².

Abordemos agora o corpo enquanto componente de outras entidades. Encontramos neste plano a associação quase necessária, atrás já referida, entre o corpo e a pessoa. Trata-se de uma relação que se poderia qualificar de exclusiva. A relação do corpo com qualquer outra realidade parece passar sempre pela mediação da pessoa. Apenas por um especial esforço de abstracção e imaginação conseguimos pensar o corpo como intervindo directamente na constituição de outras entidades de ordem superior. Este trabalho de abstracção e imaginação foi efectuado colectivamente com a dinâmica estruturalista: o desenvolvimento de uma filosofia pós-subjectivista preparou o terreno de *Surveiller et punir*, de Foucault, obra que tematiza nomeadamente pluralidades de corpos como objectos imediatos de estratégias de poder¹³.

A realidade em que o corpo se encontra assim quase obrigatoriamente inserido apresenta-se, ao contrário do corpo em si, como difícil de delimitar, o que a língua manifesta ao recusar-se a fornecer designações únicas e unívocas. Isto pode observar-se, por um lado, no plano da totalidade em que o corpo se insere. Fala-se em indivíduo, pessoa, alguém, homem (*Anthropos*), eu/tu/ele-a, homem-mulher, remetendo cada uma destas palavras para ordens de referência distintas, embora relacionadas entre si (sociedade-pluralidade, sociedade-história, narrativa, natureza, relação concreta, sexualidade). Entidade simples, o corpo parece não poder permanecê-lo, necessariamente inserido numa realidade complexa.

As incertezas semânticas sobre a pessoa, enquanto totalidade onde intervem o corpo, derivam, por outro lado, das incertezas que afectam a designação do *algo* que, junto com o corpo, constitui a pessoa. Neste plano as palavras são carregadas dos sentidos confusos que resultam de debates milenários: alma, espírito, consciência, pensamento, etc.

A análise dos dados linguísticos faz assim aparecer um estranho contraste entre a simplicidade do corpo e a complexidade da realidade com que necessariamente se relaciona e em que necessariamente se insere. O contributo da sociologia deve consistir agora em tentar captar o significado deste contraste nos principais campos de prática social.

2. O corpo e as práticas de produção

Pode falar-se em produção num sentido restrito, ou num sentido metafórico. O segundo tornou-se agora mais usual entre sociólogos; ao relacionar corpo com produção voltamos inevitavelmente ao primeiro: a produção entendida como acção física sobre a matéria ambiente, destinada a dar lugar a algo de diferente da matéria prima. Através da noção de acção física, o corpo aparece como definidor da produção, entendida no sentido restrito.

O corpo encontra-se assim inserido por definição no processo de produção. Aproveitando a reflexão desenvolvida na secção anterior pode precisar-se o sentido desta inserção. No plano dos elementos constitutivos do corpo, é óbvio que é pelos seus membros que o corpo intervém na produção. No plano das realidades articuladas com o corpo, verifica-se que a produção não é pensada como apenas corporal, mas inclui na sua definição outras componentes da pessoa, mais especificamente: uma intenção, e um saber. Talvez se possa, aliás, avançar a hipótese de que a definição dos membros, bem como a determinação de intenções e de saberes é o resultado da inserção do corpo no processo de produção.

O corpo não constitui apenas um meio da produção. Também constitui uma finalidade desta. Os produtos destinam-se ao corpo. Trata-se de o alimentar, de o vestir, de o tratar.

Pode finalmente perguntar-se se o corpo pode ser objecto de produção. Três fenómenos poderiam entrar aqui em consideração. O primeiro é o que R. Iturra chamou a "produção dos produtores"¹⁴, um fenómeno que ganhou uma particular expressão com as modernas políticas demográficas. O estatuto desta produção é ambivalente: não é fácil determinar em que medida é que se trata em rigor de uma produção de corpos, e não de uma produção de pessoas. Os debates sobre o estatuto do feto, relacionados com a questão da licitude do aborto, revelam que a noção de produção de pessoa continua a ter uma forte relevância social. Em contrapartida, a noção moderna de população conota fortemente a ideia de conjunto de corpos¹⁵.

O segundo fenómeno é o trabalho sobre os corpos que visa uma alteração, ou pelo menos uma manutenção destes, tendo em vista um determinado padrão. Dois casos exemplares: a cultura física, como praticada em particular pela escola, e as políticas de saúde, exercidas através das profissões médicas. Aqui, trata-se efectivamente de produzir corpos. Os outros objectivos podem ser considerados como derivados. É o que revela a antiga formula *mens sana in corpore sano*. Estes objectivos podem ser o desenvolvimento da personalidade, ou também, como o reflectiram vários trabalhos de história crítica, a manutenção de um aparelho de produção através de medidas preventivas e curativas tendo como alvo a saúde dos agentes desta produção, os trabalhadores. Neste contexto, a noção de saúde pública revela como se visam aqui os corpos, sem a mediação necessária de pessoas.

O terceiro tipo de fenômenos é o da produção de componentes do corpo. Podem referir-se dois casos diferentes. O que corresponde mais precisamente à ideia de produção de componentes do corpo são as possibilidades, recentemente abertas pelas técnicas de manipulação genéticas, de produção de determinadas substâncias intervindo no metabolismo humano. Um outro fenômeno apenas metaforicamente pode ser designado como caso de produção de componentes do corpo. É o da produção de equivalentes funcionais do corpo. O caso mais óbvio (mas também mais raro) é o da produção de próteses (não deixa de ser curioso observar como, neste campo, é cada vez mais assumida a pretensão de não se limitar a preencher o vazio deixado em aberto por um órgão ou membro desaparecido, mas de produzir algo que venha plenamente a substituir o órgão/membro. O que se manifesta por exemplo na ambição de produzir próteses do coração). O caso mais frequente é o da produção de dispositivos que, sem se pretender que sejam "incorporados", vêm preencher funções de órgãos ou membros do corpo. O melhor exemplo disto são os veículos automóveis, que substituem o aparelho fisiológico de locomoção.

3. O corpo e as práticas de poder

A noção de corpo remete para a noção de força, o que sugere uma abordagem da relação entre corpo e poder. Numa primeira abordagem, são duas as inserções possíveis do corpo nas relações de força: o corpo pode funcionar com meio, ou como alvo das práticas de aplicação da força.

Tal como o corpo intervém pelos seus membros como instrumento de produção no processo de produção, o corpo intervém nas relações de forças como meio de aplicação da força, pondo em jogo os seus membros, em relação com intenções e saberes.

Do lado passivo, o paralelismo com o caso da produção exige alguma recomposição. Casos extremos de aplicação de força constituem o exacto inverso da produção de corpos. Alguns exemplos são fornecidos pela história recente. Pensa-se nos campos de extermínio dos nazis, ou nas armas de destruição maciça como bombas nucleares ou de neutrões. Nota-se que as estratégias de aplicação destes dispositivos fazem apelo precisamente ao conceito moderno de população - considerada como conjunto de corpos - que subjaz às políticas demográficas, uma manifestação extrema das ambiguidades da modernidade.

Casos de aplicação limitada da força, em contrapartida, deixam relacionar-se com os produtos que têm o corpo como finalidade. Podem consistir em impedimentos ao acesso dos produtos que correspondem a necessidades do corpo. Ou podem fazer intervir produtos cuja função é um tratamento negativo do corpo. Encontraremos no campo da tortura exemplos destas duas categorias.

Finalmente, a aplicação da força pode limitar-se a acções que não têm correspondência necessária na produção. São estes os casos de constrangimento temporário pela força. Frequentemente, tais constrangimentos são no entanto operados através de meios produzidos (armas, prisões, os próprios corpos intervenientes, devidamente treinados), pelo que são raras as situações em que aplicação da força e produção são realidades completamente distintas.

Convém agora efectuar a transição da relação de força para a relação de poder. Em termos radicalizados pode dizer-se que a relação de poder exclui a relação de força. O que caracteriza a relação de poder (pensada a partir de um conceito weberiano de poder) é precisamente o facto de expectativas de comportamento permitirem a expectativa de que não será necessário recorrer à força para orientar o comportamento de outrem. O estatuto do corpo, meio e lugar de aplicação da força, nas relações de poder é assim radicalmente diverso do seu estatuto nas relações de produção. Enquanto nas relações de produção se verifica uma presença do corpo, activo ou passivo, actualmente inserido no processo de produção, nas relações de poder, o corpo, activo ou passivo, apenas pode ser ausente, investido num processo apenas virtual, imaginário, de aplicação de força, que não deixaria, se tivesse que ser actualizado, de aniquilar esta relação de poder. Concretamente, o corpo intervém nas relações de poder não como corpo real, mas como corpo encenado, representado.

É esta a lógica do suplício narrada por Michel Foucault¹⁶. Não existe obviamente nenhuma relação de poder entre o supliciado e o soberano, mas apenas uma relação (extremamente desigual) de forças, que resultará na "redução" física do supliciado. A relação de poder existe entre o soberano e o público do suplício, sujeito passivo apenas virtual do suplício.

4. Transformações

Tendo sugerido algumas possíveis relações entre o corpo e os dois grandes dispositivos de materialidade social, a produção e o poder, deixam-se formular agora, a partir de uma reinterpretação de diversas observações feitas pela sociologia, algumas hipóteses que mereciam ser objecto de observações e reflexões mais aprofundadas.

A primeira hipótese que queria aqui sugerir é que se assiste hoje a uma ampla *descorporização* do social. Tal hipótese contradiz em certa medida as afirmações às vezes avançadas para explicar o renovado interesse das ciências sociais para com o corpo. A contradição deve-se ao facto de se considerarem regiões diferentes do social.

É verdade que podemos observar um forte desenvolvimento da produção que tem o corpo como finalidade (moda, produtos dietéticos, artigos destinados à prática das várias modalidades de *fitness*, etc.), e, aparentemente, fora

dos campos da produção e do poder, ao aumento de actividades relacionadas em primeira linha com o corpo (caso extremo: o culturismo -para evitar de maneira pouco convincente o anglicismo usual -, o já referido *fitness*, a multiplicação das terapias alternativas e outras práticas de cultura alternativa do corpo - yoga, respiração, massagens etc.).

Ao lado destas práticas e produções observámos, no entanto, a multiplicação de produções que, de maneira precisamente oposta, pretendem tornar o corpo desnecessário. Já se referiu aqui o caso exemplar dos transportes. Pode também pensar-se nos produtos que possibilitam lazeres fisicamente passivos (cinema, televisão, etc.).

Quando se olha para o lado activo do processo de produção, verifica-se claramente um decréscimo da importância do corpo. No campo da produção industrial, a automatização reduz o espaço de intervenção do trabalho físico. No campo da produção doméstica, a multiplicação de produtos prefabricados reduz a importância do trabalho manual nos diferentes domínios da casa. Caso limite desta limitação da importância do corpo no campo da produção: o desenvolvimento das técnicas de reprodução assistida no domínio da produção dos produtores.

Este recuo do corpo também se observa no domínio das práticas de poder. Com efeito, a relação de força virtual intervém cada vez mais raramente e mais indirectamente na génese das relações de poder. Estas assentam cada vez mais no domínio desigual de saberes, de determinados dispositivos de produção, bem como nas posições em dispositivos complexos de tomada de decisão. Não é este o lugar de uma reflexão sistemática sobre estes outros fundamentos do poder. Podemos limitar-nos a referir um caso limite: até no lugar onde o exercício do poder ainda hoje assenta na relação de força virtual, esta torna-se o mais discreta, o menos pensável possível: é o que revela a evolução recente dos sistemas prisionais dos países economicamente mais desenvolvidos. Uma evolução cujo ponto de partida Michel Foucault situa já no século passado¹⁷. Todo o percurso teórico de Michel Foucault pode aliás ser interpretado como uma tomada de consciência progressiva deste fenómeno de descorporização. Após ter lançado as fórmulas mais sugestivas para designar as estratégias de poder e de produção que tem o corpo como alvo (pense-se em particular na "microfísica do poder"), retira-se no silêncio durante anos, para voltar ao público com duas obras que constituem já não denúncias das estratégias do poder sobre os corpos, mas, quase no oposto disto, tentativas de recaptar o corpo, para as quais ele se considera obrigado em recuar no tempo até à antiguidade¹⁸.

A segunda hipótese que pode aqui formular-se é que este descorporização acarreta uma crise do indivíduo. É um lugar comum da sociologia contemporânea considerar o indivíduo como uma peça necessária ao funcionamento da sociedade moderna¹⁹. Segundo esta concepção, a sociedade faz apelo, nos seus processos, a indivíduos. Um dos principais mecanismos da reprodução desta realidade indivíduo era, precisamente, o corpo, fortemente ancorado nas rela-

ções sociais de produção (pense-se na figura do trabalhador), insistentemente encenado nas relações de poder. A prática social enquanto, simultaneamente, prática do corpo e prática de si, podia funcionar como lugar privilegiado da produção do indivíduo²⁰.

A situação actual caracteriza-se pela seguinte contradição: por um lado, o indivíduo continua a funcionar como dispositivo social central. Por outro lado, por efeito da descorporização acima evocada, perde-se o principal lugar da reprodução deste indivíduo²¹. Diversos fenómenos deixariam relacionar-se com esta crise do indivíduo: primeiro, no plano da teoria social, o surto de interesse pelo indivíduo, realidade que se tornou problemática; segundo, no plano das práticas sociais, a generalização das práticas já referidas de atenção para com o corpo, que seriam logo interpretadas, já não como manifestação de um revalorizar do corpo, mas sim como uma reacção angustiada face à descorporização; finalmente, o aparecer de patologias de diversas ordens, tais como a depressão²², ou o síndrome recentemente identificado de "pânico"²³.

Mas seria inadequado ver no processo de descorporização um fenómeno universal. Vê-se mal comò abordar à luz deste conceito as condições de trabalho e de vida que vigoram na periferia dos países capitalistas avançados. Também não condizem com uma descorporização universal a vitalidade de práticas de poder tais como a aplicação da *Scharia* em certos países islâmicos, ou execuções públicas na China. De maneira semelhante, diversos fenómenos observados nos países capitalistas avançados apontam para um subsistir de relações de poder baseadas em relações de força, ou de estratégias visando a criação de relações de poder através de relações de força (exemplo: hooliganismo).

Estes dados sugerem uma terceira hipótese: coexistem na sociedade actual regimes radicalmente diferentes do corpo. À descorporização que se observaria em certas regiões da sociedade, correspondem, noutras regiões, regimes de forte investimento no corpo (deixar-se-á aqui em aberto a questão de saber se existe uma relação entre o desenvolvimento dos dois regimes, o que não pareceria *a priori* absurdo). A existência de uma tal diferença de regimes significaria problemas de comunicação entre as diferentes regiões da maior gravidade, pois deixa de poder funcionar como denominador comum o corpo como ponto de partida equivalente na construção do sentido. Também poderia explicar fenómenos de violência. Tornando incerto pela discrepância entre descorporização e "hiper-corporização", o corpo deixa de poder funcionar como mediador entre relações de poder e relações de força, elevando-se assim a probabilidade de a relação social se actualizar como relação de força. Face ao que se passa nestes meses no Golf Pérsico, dificilmente o presente texto podia ter outro ponto de chegada.

Notas

- 1 Abster-me-ei de referenciar as obras dos três clássicos, Marx, Weber e Durkheim, aos quais não podia aqui deixar de aludir. Como exemplo de uma utilização já banalizada, por assim dizer, da oposição entre práticas e representações, pode citar-se Marcel Mauss, "Fragment d'un plan de sociologie générale descriptive", in *Idem, Essais de sociologie*, Paris, Seuil, 1971, pp. 89-132 (publ. orig. in *Annales sociologiques*, 1934), *passim*.
- 2 Maurice Godelier, *L'idéal et le matériel. Pensée, économies, sociétés*, Paris, Fayard, 1984.
- 3 Ver Jürgen Habermas, *Théorie de l'agir communicationnel*, Paris, Fayard, 1987, vol. 1, p. 393 s. (p. 523, vol. 1 da ed. orig. : Frankfurt, Suhrkamp, 1981).
- 4 Prometo que não haverá neste texto mais trocadilhos deste género.
- 5 Karl Mannheim, *Ideologie und Utopie*, Bonn, Friedrich Cohen, 1929.
- 6 Sobre este conceito, ver em particular Bronislaw Baczko, "Imaginação social", in AA. VV., *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 5, *Antropos-Homem*, Lisboa, Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1985, pp. 298-332.
- 7 Ver nomeadamente Niklas Luhmann, *Soziale Systeme*, Frankfurt, Suhrkamp, 1984, pp. 551 ss., em particular p.555 (existe uma tradução do primeiro capítulo desta obra - onde se poderão encontrar formulações mais sucintas desta concepção - em castelhano: Niklas Luhmann, *Sociedad y sistema: la ambición de la teoría*, Barcelona, Paidós, 1990 (com introdução de Ignacio Izuzquiza).
- 8 Ralf Dahrendorf, "Zeitgenosse Habermas", *Merkur*, 1989, pp. 478-487, em particular pp. 483-484.
- 9 Ver Niklas Luhmann, *Die Wirtschaft der Gesellschaft*, Frankfurt, Suhrkamp, 1988; *Idem, Die Wissenschaft der Gesellschaft*, Frankfurt, Suhrkamp, 1990, bem como outros títulos obedecendo ao mesmo esquema, anunciados para os próximos anos.
- 10 Mesma constatação em Jorge Crespó, *A História do Corpo*, Lisboa, Difel, 1990, p. 7. Em Portugal, além desta obra, ver particular AA. VV. *O Corpo, o Nome, a Escrita, Revista de Comunicação e Linguagens*, 10/11, Março de 1990; José Gil, *Corpo, Espaço e Poder*, Lisboa, Litoral, 1988. Particularmente reveladora deste recente interesse, a aparição da revista *Quel Corps? Revue pluridisciplinaire d'Analyses Critiques des Institutions, Discours et Pratiques du Corps*, editada pelo centro de estudos *Quel Corps?* fundado em Montpellier, em 1975.
- 11 A palavra "morte" remete para um dos poucos sinónimos de corpo, "cadáver", palavra que no entanto não remete para hesitações face à definição do corpo, mas apenas oferece um equivalente à expressão específica "corpo morto". A coexistência dos dois termos corpo/cadáver traduz, em contrapartida, hesitações face à morte que mereciam ser analisadas no âmbito de uma sociologia da morte.
- 12 Noutro lugar, merecia ser aprofundada a reflexão socio-linguística sobre a distinção entre membro e órgão. A noção de membro remete para a de movimento controlado, para a ideia de corpo *agido*, enquanto a noção de órgão remete para a de papel no funcionamento, apenas parcialmente controlado, do organismo. Casos limites e incertezas no plano da língua revelam o carácter problemático da distinção entre os momentos activos e passivos da relação sujeito-corpo.
- 13 Ver por exemplo o plural (tão raro para a palavra "corpo") no sub-título "Des corps dociles" : Michel Foucault, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 1975, p. 137.
- 14 Ver Raul Iturra, "Stratégies de reproduction. le droit canon et le mariage dans un village portugais", *Droit et Société*, 5, 1987, pp. 7-22, nomeadamente p. 11.
- 15 Ver nomeadamente os trabalhos de Michel Foucault no Collège de France em 1977-78: Michel Foucault, *Résumé des cours 1970-1982*, Paris, Juillard, 1989, pp. 99 ss.
- 16 Michel Foucault, *op. cit.* nota 13, pp. 9 ss.
- 17 Michel Foucault, *op. cit.* nota 13, pp. 233 ss.
- 18 Michel Foucault, *Le souci de soi*, Paris, Gallimard, 1984 e *Idem, L'usage des plaisirs*, Paris, Gallimard, 1984.
- 19 Entre outras referências: Thomas C. Heller, Morton Sosna, David E. Wellbery (eds.), *Reconstructing Individualism. Autonomy, Individuality, and the Self in Western Thought*, Stanford, Stanford University Press, 1986.

- 20 É este o mecanismo que Michel Foucault se esforça em captar através dos seus últimos trabalhos, além da leitura objectivadora das práticas do corpo que atravessa as suas primeiras obras, e além das hipóteses de produção de indivíduos por aparelhos sociais, evocadas em particular por Althusser. Ver Louis Althusser, *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, Lisboa, Editorial Presença, 1980 (ed. orig. in *La Pensée*, 1970), pp. 93 ss.
- 21 Esta hipótese converge, de certa maneira "materializando-as", com duas hipóteses defendidas por Habermas. A hipótese do recurso da época contemporânea a valores herdados de épocas anteriores, cuja reprodução deixou de garantir adequadamente: Jrgen Habermas, *Raison et légitimité*, Paris, Payot, 1978 (ed. orig. Frankfurt, Suhrkamp, 1973), nomeadamente pp. 107 ss. por exemplo p. 110. A hipótese da colonização da *Lebenswelt*: a experiência que eu tenho encontra-se dificultada pelo facto de o que me diz respeito (dir-se-ia agora também: o meu corpo) inserir-se cada vez menos na minha própria prática e cada vez mais no funcionamento de sistemas que me ultrapassam. Ver Habermas. *op. cit. supra*, nota 3.
- 22 Ver Juan Mozzicafreddo, "Narcisismo, depressão e política", *Jornal de Letras*, 8 de Janeiro de 1985.
- 23 Ver *Diário de Notícias*, 25 de Julho de 1990, p. 18. Ver também *Enquête nationale sur l'anxiété*, Paris, ENA, 1988. Merecia também ser reflectido sob este ângulo o aparecimento do síndrome do cansaço, que afectaria certas categorias de gestores nos Estados Unidos. Para uma breve recensão de algumas pesquisas sobre este síndrome, ver *Journal de Genève*, 17/17 de Outubro de 1987, p. 1/2.